PODER / Na busca pela aproximação com governadores, Lula tem feito promessas, como a criação do Conselho da Federação e o ressarcimento pela perda de arrecadação. Plano para reestruturação do Cadastro Único está em andamento

Acenos por união com estados

» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert/PR



Em 27 de janeiro, Lula se reuniu com os governadores e anunciou a criação do Conselho da Federação para manter negociações permanentes com os entes

Uma das respostas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos ataques de 8 de janeiro, em Brasília, foi reunir os 27 governadores e descer, de mãos dadas, a rampa do então depredado Palácio do Planalto. Desde antes de assumir, o petista defendeu a retomada do pacto federativo e de uma boa relação com os gestores estaduais e os prefeitos, respeitando a autonomia dos entes.

De lá para cá, o presidente anunciou a criação de um Conselho da Federação para manter negociações permanentes com os governadores e com os municípios, que deve ser implementado nos próximos meses.

Em suas ações recentes, tanto Lula quanto seus ministros vêm defendendo a necessidade de abrir diálogo com os estados, propondo, por exemplo, ressarcir a perda de arrecadação causada pelo congelamento da alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), feito pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) no ano passado.

A própria ida de Lula a São Paulo — governado pelo bolsonarista Tarcísio de Freitas —, ontem, foi um gesto de cooperação e apoio do Executivo federal.

Ao visitar a cidade de São Sebastião (SP) — fortemente castigada pelas chuvas —, o presidente fez questão de incluir no seu discurso um novo recado sobre a cooperação entre União e os entes federativos "Queria mostrar a vocês uma cena que há muito tempo vocês não viam: um governador, um presidente, um prefeito, sentados numa mesa em função de algo comum, que atinge todos nós", declarou. Ao seu lado estavam o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o prefeito da cidade, Felipe Augusto (PSDB). Ambos apoiaram a reeleição de Bolsonaro no pleito de 2022 (**leia reportagem na página 6**).

Conselho

Em 27 de janeiro, Lula reuniu-se com os governadores e anunciou a criação do Conselho da Federação, que vai atuar como uma "mesa permanente de deliberações" entre o presidente; o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin; o chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha; os consórcios regionais dos governos estaduais; a Frente Nacional de Prefeitos; a Confederação Nacional dos Municípios; e a Associação Brasileira de Municípios.

Ainda não há data para a criação do conselho. Segundo Padilha, Lula terá, em março, uma série de encontros com as entidades que representam os municípios.

Em 13 e 14 de março, a Frente Nacional de Prefeitos vai realizar, em Brasília, uma reunião para eleger a nova diretoria e lançar sua bancada no Congresso Nacional. Lula deve participar do encontro. Já entre 27 e 30 de março, ocorre a Marcha dos Municípios, também na capital federal, na qual o petista marcará presença.

A expectativa é que o Conselho da Federação tome forma após uma série de reuniões entre o Executivo Federal e os governos estaduais e municipais, que já estão em andamento.

Os esforços de Lula em retomar o pacto federativo também são seguidos por seus ministros. Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, no domingo, Alexandre Padilha e o assessor especial da Secretaria de Relações Institucionais, Vitor Marchetti, defenderam a necessidade de cooperação entre União, estados e municípios, e o trabalho do Conselho da Federação.

"É de interesse da democracia fortalecer a Federação brasileira, garantindo-se aos entes subnacionais as condições políticas e econômicas para o exercício de sua autonomia. Nesse sentido, vamos estimular a formação de mais consórcios, horizontais e verticais, em que entes distintos partilham recursos para alcançar os mesmos objetivos", escreveram Padilha e Marchetti.

Desrespeito

Para a Secretaria de Relações Institucionais, o governo Bolsonaro desrespeitou os pactos firmados na Constituição ao atacar os governadores que implementaram medidas de contenção à covid-19 durante a pandemia e ao derrubar a arrecadação dos estados ao estabelecer o teto de 17% para o ICMS, visando controlar o preço dos combustíveis em ano eleitoral.

Segundo boletim do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), a arrecadação dos estados e do Distrito Federal caiu 10,2% no quarto trimestre de 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em valores, a perda foi de R$ 22,1 bilhões no período.

O governo Lula, por sua vez, negocia uma compensação aos estados e sugeriu um valor de R$ 22,5 bilhões, no começo de fevereiro. O valor é considerado aquém do necessário para cobrir o rombo, uma vez que a alteração no ICMS afetou também o terceiro trimestre de 2022. A estimativa dos governos estaduais é de que o montante necessário seria da ordem de R$ 45 bilhões. O Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz) deve apresentar uma contraproposta até o início de março, já que os governadores querem resolver o rombo o quanto antes.

O empenho em recuperar a relação com os estados também está presente no plano para reestruturação do Cadastro Único, apresentado na semana passada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Na última quarta-feira, o Conselho Nacional de Assistência Social (Conas) divulgou uma resolução que estabelece o repasse de R$ 199,5 milhões para que estados e municípios realizem uma busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade, além de ações de conscientização sobre o Cadastro Único, o Bolsa Família e outros programas sociais.

"A aprovação desse programa inaugura uma nova fase de resgate das relações federativas com estados e municípios, além de fortalecer os mecanismos de controle social", declarou o secretário nacional de Assistência Social, André Quintão.

De acordo com o ministério, o programa visa fortalecer a capacidade dos estados e municípios para atender a população e regularizar o banco de dados, especialmente os registros que apresentam inconsistências.

Memória

Redução de combustíveis

Em 23 de junho, o então presidente Jair Bolsonaro sancionou o teto de 17% para o ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte coletivo, aprovado uma semana antes pelo Congresso. A intenção do chefe do Executivo na época foi reduzir os preços dos combustíveis, mas houve resistências dos governadores, que alegaram temor de uma crise fiscal neste ano. Na sanção da lei, Bolsonaro manteve a zeragem dos impostos federais, como PIS/Cofins e Cide, sobre a gasolina e o etanol.

A banalização do mal e o retrocesso

» HENRIQUE LESSA

Reprodução/URIHI - Associação Yanomami



A tragédia dos ianomâmis: governo anterior deixou de tomar medidas de socorro aos indígenas

A revelação da tragédia humanitária na Terra Indígena Yanomami apresentou aos brasileiros uma demonstração explícita de como o retrocesso nas políticas públicas nos últimos anos contribuiu para o que a filósofa alemã Hannah Arendt chamou de a "banalidade do mal". Aquilo que ela definiu como a aceitação e conformismo com práticas moralmente reprováveis pode ser observado no caso dos ianomâmis.

A situação foi alertada diversas vezes ao governo anterior, como mostra o relatório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que aponta que o governo de Jair Bolsonaro (PL) ignorou diversas recomendações de órgãos internacionais e organizações não governamentais (ONGs) sobre a situação dos indígenas, não realizando nenhuma ação para a assistência dessas populações. "Já em 2021, o antigo MMFDH (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), diante de uma Ação Civil Pública destinada ao fornecimento de alimentação adequada e saudável aos pacientes em tratamento médico e acompanhamento nutricional em comunidades Ianomâmi, preferiu, novamente, terceirizar a responsabilidade a outros órgãos do governo", diz o relatório.

O mesmo levantamento aponta que, entre 2019 e 2022, agentes públicos do governo viajaram por cinco vezes ao estado de Roraima, mas não trataram de medidas contra garimpo ilegal ou a garantia de alimentação aos povos indígenas, algo que corrobora a afirmação do professor José Antônio Moroni, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), quando afirma: "A banalização do mal não é uma questão de desconhecimento, é conhecer e aceitar, isso vai normalizando o mal".

Para ele, essa aceitação do mal ficou evidente na forma como o governo Bolsonaro gerenciou a questão da pandemia de covid-19. Mesmo com medidas erráticas, negando o isolamento e o uso de máscaras, atrasando a compra de vacinas, uma grande parte da população não percebeu problemas na gestão da crise sanitária realizada pelo então presidente. Independentemente da escolha ideológica, é difícil justificar os dados que mostram o Brasil com quase 13% das mortes por covid-19 no mundo, apesar de possuir apenas 2,7% da população global.

"O conceito da banalidade do mal se aplica em vários aspectos que a gente vive, ele não surge de uma hora para outra na história e não é apenas a questão de você não conhecer o mal. Parte da ideia de que você não se importa mais com esse mal", frisa Moroni.

Terceiro escalão

Políticas que desrespeitam o direito de minorias, ampliam o desmatamento das florestas e negam o mínimo para os cidadãos são implementadas há anos no país. Evidenciadas no último período, não são exclusividade da gestão anterior. E essas ações dependem de um comprometimento de diversos escalões da máquina pública, "não é uma ação de um homem isolado", ressalta Moroni. "No caso específico do governo Bolsonaro, para você implementar as políticas que ele implementou, seja no campo da saúde, da educação, da gestão da pandemia, das comunidades tradicionais e indígenas, você tem de ter um conjunto de pessoas e de instituições que fazem esse papel", destaca. "É um sistema que foi muito bem solidificado. A estrutura que foi montada para a gestão e a execução dessas políticas contou com muita gente, que ocupa lugares-chave na estrutura do Estado, entre elas os militares e servidores concursados de carreiras de Estado."

Na avaliação do professor, a participação de militares foi fundamental. "Para implementar tudo que eles implementaram, tiveram o apoio de executores muito fortes na nossa estrutura de Estado. Não podemos esquecer o número de militares em segundo e terceiro escalões implementando essa política", lembra. Ele cita como exemplo a presença militar na maioria dos cargos de direção da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A participação efetiva de servidores de carreiras de Estado, civis e militares, torna a superação dessa lógica uma tarefa complexa à nova gestão, diz o especialista. "Isso é o grande desafio do governo atual, limpar essa máquina para trabalhar em outra lógica", ressalta.

> **A banalização do mal não é uma questão de desconhecimento, é conhecer e aceitar, isso vai normalizando o mal"**
>
> **José Antônio Moroni,** professor do Instituto de Estudos Socioeconômicos

Silveira na mira da PF

» ISABEL DOURADO*

A Polícia Federal pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de inquérito para investigar a origem de mais de R$ 260 mil apreendidos na casa do ex-deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) e de quatro veículos encontrados no local. O ex-parlamentar voltou a ser preso no início do mês, em Petrópolis, na região Serrana do Rio de Janeiro, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do STF. A prisão preventiva foi decretada por descumprimento de medidas cautelares definidas pela Corte, como o uso de tornozeleira eletrônica e a proibição de usar redes sociais.

Conforme apuração da TV Globo, a mochila com a maior parte do dinheiro estava em um dos veículos apreendidos. A PF não encontrou registro de um dos carros na base de dados disponível. Aos agentes, Silveira alegou que os carros ainda estavam em processo de transferência e que o dinheiro era de saques feitos na sua conta pagamento.

O ex-deputado deve quase R$ 4,5 milhões em multas ao STF. As penalidades foram impostas pelo descumprimento de medidas cautelares. O pedido de investigação da PF está sob sigilo na Corte e será analisado por Moraes. Uma das primeiras medidas solicitadas pela Polícia Federal é o levantamento patrimonial de Silveira.

***Estagiária sob supervisão de Cida Barbosa**